

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 97.520 - SP (2018/0096751-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : RENILSON DE ALMEIDA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : JOÃO MANOEL ARMÔA JUNIOR E OUTRO(S) - SP167542
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por RENILSON DE ALMEIDA DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2004147-11.2018.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi condenado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 288, parágrafo único, do Código Penal, e art. 16, *caput* e parágrafo único, inciso III, da Lei n. 10.826/03 (associação criminosa e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito), à pena de 6 anos, 3 meses e 15 dias de reclusão em regime inicial fechado, bem como ao pagamento de 14 dias-multa. Negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão de fls. 40/44.

No presente recurso, alega que a decisão que negou ao recorrente o direito de apelar em liberdade carece de fundamentação idônea. Assevera que a permanência na prisão somente está autorizada caso persistam as razões motivadoras do decreto construtivo, as quais devem ser ratificadas motivadamente por ocasião do édito condenatório.

Argumenta que faz jus à detração penal e que já houve o cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena, em regime mais severo, bem como 1/2 (metade) para o pedido de livramento condicional, pelo que aponta presença de constrangimento ilegal, uma vez que o recorrente já possui lapso temporal suficiente para usufruir de benefícios inerentes à execução.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do recorrente. Indica ter agido com a culpabilidade normal ao tipo e invoca o princípio da presunção de inocência

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição do alvará de soltura para que o recorrente possa responder ao processo em liberdade.

Superior Tribunal de Justiça

Liminar indeferida às fls. 72/73.

Informações prestadas às fls. 81.

O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *writ* (fls. 88/90).

É o relatório.

Decido.

O presente recurso está prejudicado.

Isso porque, de acordo com as informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual e de contato telefônico mantido com a Vara de Execuções Criminais de São Paulo/SP, verificou-se que, em 29/05/2019, nos autos da Execução Criminal n. 1110320, referente à Ação Penal n. 0004565-88.2014.8.26.0366, o recorrente foi progredido para o regime aberto.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator